

## A INFLUÊNCIA DO CAVALEIRO SOBRE A NOBREZA MEDIEVAL ATRAVÉS DE SOCIEDADE CAVALEIRESCA DE GEORGES DUBY

Vitor Wieth Porto<sup>1</sup>

### Resumo

Esse artigo tem por finalidade discorrer sobre como Georges Duby torna a figura do cavaleiro fundamental para a transformação do que é nobre na sociedade medieval tripartida, abordando parte da modificação do que é ser cavaleiro durante os séculos do medievo, de modo que possamos conjecturar a influência que passa a ser exercida por essa “classe” e que é visível através do discurso do medievalista no livro *Sociedade Cavaleiresca* e também em outras de suas obras.

**Palavras-chave:** Cavalaria; Nobreza; Historiografia; Georges Duby.

### Introdução

A *Sociedade Cavaleiresca*, o qual ganhou sua primeira edição em português em 1989 (em língua inglesa sendo de 1977), é um livro que unifica artigos nos quais Georges Duby se debruça na missão de estudar a “evolução da nobreza” (DUBY, 1989, p. 3), como diz no texto introdutório, tendo como escopo a cavalaria. O mais antigo desses escritos é do ano de 1958 (capítulo 4) e o mais recente, 1972 (capítulo 5). Mesmo tendo 14 anos de diferença entre os dois, podemos perceber uma linearidade em todos os textos quando se trata de expor as evidências de como a transformação e posterior ascensão dos cavaleiros modificou a nobreza medieval.

É necessária a advertência de que teremos um pé mais firme no *Sociedade Cavaleiresca* (que será abreviado apenas de *Sociedade* para fins de simplificação), logo que ele é nosso objeto de estudo, entretanto não podemos e/ou iremos ignorar alguns dos demais trabalhos do medievalista em questão, especialmente o que é considerado seu principal legado: *As três ordens ou o imaginário do Feudalismo*, obra que é um verdadeiro bastião dos estudos medievais da chamada Nova História, assim como exemplos de acadêmicos que acrescentam aos pontos que serão aqui expostos, de modo a criar um diálogo com mais de um ponto de vista.

---

<sup>1</sup> Graduando em Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

## As origens da sociedade

A palavra para designar os cavaleiros, *miles* (ou ainda *militēs*), passa a aparecer nos documentos desde 971 (DUBY, 1989, p. 24) no sul da França, já contextualizando que o aprofundamento do estudo do historiador se dá principalmente no território franco. Trata de uma nomenclatura de guerreiros que, em época, se tratavam de homens a serviço dos castelões (*dominus*) de um território. Com o enfraquecimento da dinastia carolíngia e capacidade de manter suas estruturas de governo, os senhores de terra passam a ter uma ampliação na função de aplicar a lei e manter a ordem em seus próprios domínios, utilizando então os *miles* (palavra que o autor aponta com significado primário o de servir) (DUBY, 1989, p. 29) como seus representantes. Entretanto, o título de cavaleiro, passa a ser aderido por outros membros da aristocracia. Fenômeno que Georges Duby exemplifica primeiramente (1989, p. 26): “[...] É também a partir de 975 que A. Lewis vê a oeste do Ródano, as menções de cavaleiros se multiplicarem nos documentos e, após 1020, o título cavaleiresco usado por castelões.”. Iremos esmiuçar esse evento em breve, focando agora em outra questão.

Por quais motivos o guerreiro montado teria então passado gradativamente a deixar de ser apenas um “subalterno” encarregado da ordem para algo a mais? Alguns fatos são levantados:

Tal sucesso na verdade traduz a tomada de consciência de três fatos complementares: um fato técnico, a superioridade do cavaleiro no combate; um fato social, a ligação entre o gênero de vida considerado nobre e o uso do cavalo, ligação ainda muito mal estudada, mas certamente muito profunda e antiga (conviria levar as pesquisas até os túmulos de cavalos vizinhos daqueles dos chefes na pré-história germânica e, na Antiguidade clássica, até o significado social da equitação); um fato institucional, por fim, a limitação do serviço de armas a uma elite restrita. Todavia, todos esses três fatos eram, ao aproximar-se o ano mil, muito antigos; [...] (DUBY, 1989, p. 28-29).

A conexão de prestígio do guerreiro ligado ao cavalo fortifica-se nos últimos séculos da Antiguidade por meio das reformas militares dos Imperadores Diocleciano e Constantino (Séc. IV), acabando com as legiões para a criação de unidades (especialmente as montadas) visando uma maior velocidade para a defesa das fronteiras (REZENDE FILHO, 1989, p. 12). Tais unidades passam a ter ligações diretas com os bárbaros a partir do momento em que os ancestrais da Europa medieval trespassam o *limes* romano e tornaram-se federados, incorporando-as (REZENDE FILHO, 1989, p. 16-22) e passando então a atribuir-lhes um prestígio militar.

Esses descendentes dos germânicos que invadiram e se instalaram definitivamente na parte ocidental do Império Romano, fazendo-se donos das terras através da espada, do fogo (e também dos equinos), quais as crônicas de um monge na ilha de Lérins exclamam: “O povo Saxão é cruel, os Francos são pérfidos [...]” (LE GOFF, 1995, p. 35) passaram a serem atormentados pelas invasões de outros povos nos Séculos IX e X: os escandinavos, muçulmanos e húngaros, tornando a Europa Ocidental cercada (BLOCH, 1979, p. 20). No caso francês, o qual está sendo trabalhado, existe a ameaça iminente e constante de nórdicos pagãos atacando por toda a costa continental e um inimigo ainda mais exótico e aterrorizador logo ao sul das passagens dos Pirineus. Trata-se dos muçulmanos compostos por beduínos e principalmente berberes (contando com visigodos convertidos) que haviam já entrado em inúmeras escaramuças além da cadeia de montanhas (CARDINI, 2001, p. 46-47) para com as três primeiras gerações carolíngias relevantes (Martel, Pepino e Carlos Magno), culminando no estabelecimento da Marca da Espanha, o último e máximo esforço do Rei dos Francos contra o Emirado de Córdoba (CARDINI, 2001, p. 47-57).

O esfacelamento da dinastia carolíngia (como anteriormente dito) em conjunto com as ameaças pagãs tornou necessário o recrudescimento das elites locais e, conseqüentemente, uma gradativa elevação do status do cavaleiro no seio dessas próprias elites “pré-feudais”. Isso se une ao segundo fato citado em *Sociedade*, onde Duby aplica o conceito de mentalidade (a citação é de um texto publicado originalmente em *Ordinamenti militari in Occidente nell'alto medioevo, Spoleto, Presso La Sede Del Centro, 1968, p. 739-761*, como enunciado no início do capítulo no qual o trecho que estamos nos focando),<sup>2</sup> qual o historiador foi juntamente de Jacques Le Goff um dos principais autores a trabalhar com tal concepção na década de 1960 atrelado à Escola dos Annales (BURKE, 1992, p. 60). Inicia assim a dar forma à ascensão cavaleiresca: a queda de uma figura de poder centralizadora, os inimigos que chocam e tremem a fé e unidade cristã em rondando e trespassando suas fronteiras e a “mentalidade legitimadora” que associa o poder laico ao guerreiro sob o cavalo.

### **A ascensão cavaleiresca**

Vemos então um cenário em que os cavaleiros passam a se elevar de posição social, unindo-se assim ao que é ser nobre. Os principais indícios que apontam para essa evolução do “status” dos *miles* para com quem anteriormente serviam, os *dominus* (também chamados de

---

<sup>2</sup> Como consta em nota de rodapé em DUBY, 1989, p. 23.

*sires* por documentos franceses na época), é apontada por Duby no capítulo 6 do *Sociedade* por duas passagens fundamentais:

Ora, o que parece ocorrer no limiar do século XIII — mais exatamente, entre cerca de 1180 e 1220-1230 — é a destruição das diferenças entre esses dois níveis da aristocracia, uma rápida fusão, uma aproximação, uma redução das distâncias que outrora haviam separado os castelões dos simples cavaleiros (DUBY, 1989, p. 86).

Os dois “níveis de aristocracia” citados pelo autor são os *dominus* em primeira instância, seguido pelos *milites*, ou seja, os cavaleiros (DUBY, 1989, p. 85). O que passa a ocorrer é a aquisição de terras por parte dos cavaleiros, prestígio anteriormente exclusivo aos castelões, terras essas nos quais os *miles* constroem suas casas-fortes, edificações com estruturas e padrões muito similares aos castelos (DUBY, 1989, p. 86).

Isso se dá pelo fato das causas políticas envolvendo os príncipes que passam a tomar cada vez mais os poderes regionais diante de uma monarquia decadente, tornando assim a elevação dos cavaleiros possível. “Esses poderes regionais esmagam os “sires”, rebaixam-nos. Os agentes dos príncipes reivindicam para seu senhor o poder superior, o recrutamento de tropas para a guerra, a alta justiça, isto é, o que constituía outrora o prestígio e a riqueza dos castelões” (DUBY, 1989, p. 87). Os cavaleiros que assumiam então obrigações e possuíam os mesmos direitos dos castelões (e logo é possível a união através de matrimônio entre esses antigos *sires* e os *miles*)<sup>3</sup> passaram a serem agentes configuradores do feudalismo que se formava no território francês. “O comandante local era o primeiro a deitar mão das economias dos trabalhadores, uma vez que ele era o detentor do poder militar. Também era para ele a maior porção.” (DUBY, 1980, p. 189) argumenta nosso medievalista em seu livro *Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu - séc. VII-XII e*, embora como dito em seguida, o comandante tivesse suas obrigações econômicas para com seu suserano (DUBY, 1980, p. 189), é inegável que os cavaleiros passaram a construir sua própria riqueza e, sendo assim, uma possibilidade de renome.

[...] a importância que reveste para os mais elevados senhores sua entrada na cavalaria, a investidura de cavaleiro, o armamento. Tomo por referência um texto extremamente rico, pelo que revela dos comportamentos e das atitudes mentais na aristocracia da época, a *História dos condes de Guines* [...] escrita em latim por volta de 1195. O autor, quando apresenta o herói dessa história, o herdeiro dos condes, coloca no ponto central de sua biografia a cerimônia de investidura de cavaleiro, o momento em que o rapaz, que era um

<sup>3</sup> DUBY, 1989, p. 87.

dominus, já castelão, e logo chamado a suceder no condado ao pai, torna-se também um miles, isto é, reveste um brilho, uma distinção por ele considerada de primeira importância. Não lhe basta ser um "sire", é-lhe preciso também, e isso para ele é capital, ser um cavaleiro (DUBY, 1989, p. 86).

Por intermédio desse escrito exposto por Duby, podemos claramente ver que o fato do herdeiro do condado ser investido como cavaleiro revela como a própria noção do que é ser um *miles* passa a ser modificada e absorvida pela aristocracia, indicando que o fato de ser um cavaleiro é, para o novo conde, um título de grande renome. Os mesmos príncipes que ao minar o poder dos castelões, elevam os cavaleiros, apropriam o título desses seus novos vassallos. Poderíamos conjecturar, é claro, que essa seria uma estratégia tanto de aproximação para com seus vassallos quanto de contenção, logo que um novo grupo social em crescente poderio econômico poderia lhes causar maiores problemas no futuro, assim como fizeram os castelões.

Todavia, a problemática parece ser mais complexa e não voltada somente ao âmbito do poder laico. Para exemplificar isso, entraremos finalmente em *As Três Ordens*. Conforme o autor argumenta e mostra suas fontes para expor a sociedade trifuncional qual defendia, nos deparamos com *A História dos Duques da Normandia* de Benedito de Sainte-Maure, que escreveu no espaço entre 1173-1175 e 1180-1185 (DUBY, 1982, p. 297) em tom literário que durante um diálogo do duque Guilherme para com um abade, o clérigo discorre: “Três ordens são, cada uma por si. Cavaleiros, clérigos e vilões. Uma das ordens reza noite e dia. A outra é a dos trabalhadores. A outra mantém e faz justiça” (DUBY, 1982, p. 299). Não se fala em nobres, muito menos príncipes, condes ou castelões. Fala-se em cavaleiros. São os cavaleiros responsáveis pela justiça, ou seja, pelo poder de aplicar a lei. O fato de ser cavaleiro é para o escritor focado pelo medievalista a legitimidade que os senhores feudais precisam. Podemos realçar o último verso citado que o ato de fazer justiça, através de outra fonte utilizada por Duby, a de Adalberão,<sup>4</sup> seria por esse um ato exclusivo dos nobres e reis (DUBY, 1982, p. 299). Retornemos ao *Sociedade*:

Quanto a outro aspecto da transformação, isto é, o valor que aos olhos dos castelões adquirem a dignidade, a honra da cavalaria, deve-se evocar, para explicá-lo, um movimento muito mais amplo, muito mais extenso no tempo, que diz respeito às representações mentais e que se completa precisamente na época de que falei. Desde o começo do século XI, na França, a Igreja forjara um modelo de comportamento moral, apresentado a toda a

---

<sup>4</sup>Adalberão foi bispo de Laon no século XI (DUBY, 1982, p. 17).

aristocracia como a missão mais apropriada para justificar seus privilégios sociais, sua vocação militar (DUBY, 1989, p. 87-88).

A partir desse trecho, devemos voltar nossa atenção a acontecimentos anteriores que tangem os *oratores*. Grande parte dos aspetos morais e sociais que consolidam o cavaleiro medieval em seu apogeu está diretamente ligada à ordem dos que oram.

### **As influências da Igreja**

Nas proximidades e durante o século XI, o clero, entusiasmado pelo milênio da paixão do Senhor passa a desenvolver a chamada Paz de Deus (DUBY, 1989, p. 37). Essa doutrina visa à comunhão entre todos os cristãos, tecendo críticas aos nobres e seu comportamento beligerante, logo que durante toda a sociedade medieval, a escaramuça fazia parte de como o nobre deveria viver sua vida e também projetar o seu poder. “A paz de Deus, em seus começos, tendeu a circunscrever as violências militares a um só setor do povo cristão, o dos homens que portavam o gládio e o escudo e que andavam a cavalo (DUBY, 1989, p. 43)”. O desenvolvimento dessa teoria passou requerer mais dos portadores da espada, reprimindo as contendas entre si, elaborando uma moral para a guerra. Esse fenômeno é percebido primeiramente mais ao sul da França, região onde as elites locais foram as primeiras a se fortificar diante da queda dos Carolíngios (DUBY, 1980, p. 179). E, de um acordo social entre cristãos, a Paz passa a ser um acordo entre o Homem e Deus (DUBY, 1989, p. 45), logo que além de “leis” para os conflitos, atos mais banais como usar dinheiro e até mesmo fazer sexo tornam-se regrados (DUBY, 1980, p. 179).

É possível presumir que a fomentação da Paz atenderia aos interesses próprios do clero de certa forma, controlar quem portava a espada: os tradicionais príncipes e os ascendentes *miles*. Podemos, todavia, ir além. Sem o pacto franco-papal, a Igreja precisava recorrer aos novos e fragmentados núcleos de poder, mas é lógico pensarmos que unir-se a certos senhores, como a Santa Sé fizera com os monarcas francos, poderia trazer problemas futuros para os objetivos universais de Roma se, como os carolíngios, esses senhores também caíssem em ruína. “Por volta de 1033, a Igreja propôs então aos leigos que por estado eram armados, os nobres e os milites, associar-se à obra comum de renúncia.” (DUBY, 1989, p. 45), aqui o autor coloca a preocupação da Igreja de unir tanto os nobres quanto os cavaleiros para o seu “projeto”. Isso se dá pelo fato de que, segundo Duby, há um *plano* do clero para a formação de uma nova ordem:

Primeiro foi preciso defender-se dela, discipliná-la, e depois esforçar-se por desviá-la para o bem. Assim, só uma porção do laicato — o grupo dos *milites*,

dos cavaleiros — sofreu diretamente a influência das instituições de paz. Mas esta foi profunda. A regulamentação promulgada pelos concílios fixou inicialmente os contornos desse corpo social; deu-lhe sua consistência; foi ela que o constituiu em ordo. Depois forjou-lhe uma moral particular. No limiar do século XII a *nova militia*, revestida de armas bentas, recebia a incumbência de duas tarefas conjuntas — as do "homem probo", aquela que São Luís forçará por levar a cabo melhor que ninguém: em primeiro lugar, defender a Igreja e os pobres; em segundo, combater os inimigos de Cristo (DUBY, 1989, p. 47).

Essa *nova militia* nada mais é do que a inserção dos cavaleiros em um maior protagonismo na sociedade medieval. É um ato consequente do cavaleiro e a necessidade de tais guerreiros para os interesses clericais e também a consequência que tornará o fato de *ser* cavaleiro tão prestigioso para a nobreza tradicional, fazendo com que os príncipes se cerquem destes e também passem a ser investidos como cavaleiros. E para aprofundar o que o autor fala sobre “disciplinar” os cavaleiros, traremos uma nova perspectiva.

A cavalaria teve suas regras e ritos definidos em um tomo, em um registro tardio, do século XIII (justamente no século em que há um grande prestígio envolvendo os *miles*), *O Livro da Ordem de Cavalaria* (LOC). Estima-se que foi escrito entre 1279 e 1283, por Ramon Llull, filósofo e teólogo. Ricardo da Costa (2009, p. 59) define o LOC como: “[...] apologético e doutrinário, tem conteúdo missional e pretende ocupar espaço na formação dos novos pretendentes à cavalaria, iluminando o caminho dos noviços com valores espirituais, morais e éticos”. Baseado no Livro, a missão do cavaleiro era pacificar os homens, defender o cristianismo e vencer os infiéis. Esta deveria servir a fé cristã, para tal o cavaleiro deveria incorporar os mais nobres ideais, pois era uma missão divina.

Llull usa como uma forma segregacionista, que para tornarem-se cavaleiros os homens deveriam ser nobres e ricos, para poderem possuir o armamento necessário para sua profissão sagrada. A Igreja toma seu lugar, cercando a cavalaria com seus ideais para que ela não se perca nos pecados mundanos. E para encurtar os laços, o filósofo diz que a maior amizade que pode existir deve se dar entre clérigos e cavaleiros, assim elogiando os templários de São Bernardo, colocando-os como a personificação do ideal cavaleiresco, clérigo e cavaleiro juntos num só.

O Livro da Ordem da Cavalaria define as virtudes necessárias a um cavaleiro, para assim contrapor os vícios aos quais estes homens deveriam sempre estar batalhando. Ramon (COSTA, 2009, p. 63) explica-as como:

Todo cavaleiro deve conhecer as sete virtudes que são raiz e princípio de todos os bons costumes e são vias e carreiras da celestial glória perdurável. Das quais sete virtudes são as três teologais e as quatro cardeais. As teologais são fé, esperança, caridade. As cardeais são justiça, prudência, fortaleza, temperança.

Já os vícios são as tentações que os cavaleiros frequentemente sofrem. Estes vícios são os sete pecados capitais (Gluttonia, Luxúria, Avareza, Preguiça, Soberba, Inveja e Ira), que as virtudes devem subjugar. Llull ainda opõe diretamente as virtudes e vícios (alterando um pouco algumas delas), onde diz que a Gluttonia deve ser vencida pela Abstinência, a Luxúria, a Avareza, Inveja e a Preguiça pela Fortaleza, a Soberba pela Fortaleza e Humildade e a Ira pela Coragem, Caridade, Abstinência e Paciência (COSTA, 2009, p. 67).

O trabalho elaborado por da Costa é muito revelador para percebermos como ser cavaleiro era honroso e vital para a sustentação da sociedade. Georges Duby (1989, p. 88) discorre como os traços morais que deveriam pertencer à cavalaria afetaram a nobreza francesa: “Foi, pois, em torno do ideal cavaleiresco, da moral que ele continha, das virtudes de valentia e lealdade que se cristalizou a consciência de classe que determinou gradualmente a homogeneidade da aristocracia francesa”. Ou seja, o destaque dado pelo clero ao cavaleiro (melhor dizendo, ao seu padrão correto de cavaleiro) foi um dos alicerces fundamentais aos quais Duby argumenta para as raízes da ordem dos *bellatores*. Podemos encontrar o autor tornando ao assunto em outro de seus livros.

A medida que se afastava do ano 1000, os concílios de paz começaram a invocar lentamente a teoria das três ordens, que tinha germinado lentamente num estreito círculo de intelectuais: desde a Criação, Deus tinha distribuído tarefas específicas a cada homem; uns deviam orar pela salvação de todos, outros deviam lutar para proteger o povo; cabia aos membros do terceiro-estado, de longe o mais numeroso, alimentar, com o seu trabalho, os homens de religião e da guerra (DUBY, 1980, p. 180-181).

Apesar da “conquista” dessa perigosa classe belicosa por parte da Igreja, o seu temperamento enérgico e violento persiste. E esse ímpeto do combate é direcionado para os mais novos interesses papais: a Terra Santa. A Paz de Deus e todo código de moral proveniente da doutrina foi o embrião para as Cruzadas (DUBY, 1989, p. 47), movimento que sem dúvida foi responsável por, ao mesmo tempo elevar a função do cavaleiro por meio do combate aos infiéis também intensificar a sua agressividade. E é nesse contexto que vemos certos eventos envolvendo a cavalaria se consolidando.

### **O cavaleiro enraizado**

A união de cavaleiros sob o estandarte dos príncipes trouxe questões interessantes para análise. Trataremos de falar primeiro sob a inserção do título de cavaleiro no seio familiar aristocrático. Como no trecho já exposto aqui, onde os primogênitos do Condado de Guines são armados cavaleiros quando atingem a maior idade, existe paralelamente dessa aproximação e formação de quem pode ser cavaleiro uma “força de repulsão” que mantém o príncipe com um de seus pés atrás do “terreno cavaleiresco”. “O perigo estava em que o príncipe se perdesse na cavalaria” argumenta Duby (1982, p. 327), pois se houvesse um sentimento de igualdade entre o cavaleiro príncipe e os demais que o cercavam, sua autoridade estaria comprometida. Havia, segundo o autor (DUBY, 1982, p. 327-331), duas formas de lidar com isso. A primeira consistia no príncipe projetar seu poder através dos torneios que organizava (assunto que trataremos melhor a seguir), envolvendo seus guerreiros pelas regras de etiqueta da corte (podendo citar o grande jogo do amor cortês) e também pelo papel atribuído ao primogênito que levava os jovens cavaleiros para suas aventuras. Já na segunda, a sociedade tripartida volta a ter sua importância. Os cavaleiros não estavam sozinhos no mundo. Sua obrigação de vida era, necessariamente, proteger as duas outras ordens. Sendo assim, deviam-lhe prestar contas. E na figura do príncipe encontrava-se esse agente mediador.

O advento dos torneios medievais, algo que preenche nossa imaginação, passa a se desenvolver mais especificamente no Séc. XII (COSTA & ZIERER, 2009, p. 91). Detestados pela Igreja, a qual São Bernardo se refere como “diabólico costume” (COSTA & ZIERER, 2009, p. 90) por incitar o comportamento violento a qual a Igreja tenta pela Paz de Deus circuncidar, os torneios são, além de uma projeção de poder do príncipe que o organiza, um modo de preparar os cavaleiros para o combate real e, principalmente, uma manifestação do seu espírito guerreiro. É possível ver nos torneios outra nova fortificação dos laços de união entre os *bellatores*, especialmente quando a evolução e regulamentação dos equipamentos utilizados diminui a mortalidade na participação dos mesmos (COSTA & ZIERER, 2009, p. 104-105).

Esses torneios são uma das principais atividades que atraem a atenção dos *Moços*, cavaleiros jovens, recém-armados que deixam o seio familiar para se aventurar pelo mundo. Entretanto, ser moço não necessariamente é relacionado à idade:

Nossas fontes indicam ainda que essa fase da vida pode ser muito longa. Na verdade, sua duração é, para a maioria dos indivíduos, difícil de precisar, pois esses textos são muito pobres em indícios biográficos que se deixem datar com precisão. [...] Guillaume le Marechal, com a idade de onze ou doze anos, saiu da casa paterna por volta de 1155 para ser puer junto ao tio

Guillaume de Tancarville. Foi armado cavaleiro em 1164, correu os torneios em 1166-1167 e depois levou uma vida de "aventura" e de "proezas". Casou-se em 1189, quando contava cerca de quarenta e cinco anos; sua "mocidade" durara um quarto de século (DUBY, 1989, p. 96).

O que implica que a mocidade está ligada ao casamento, ao assentamento como senhor de terras, embora, sem dúvida, o exemplo de Guilherme seja uma grande exceção (DUBY, 1989, p. 96). A jornada do moço não é, porém, solitária. A *maisnie*, uma fraternidade entre os moços, é um evento social costumeiro. (DUBY, 1989, p. 96-97). E, enquanto na *maisnie*, os moços ostentam. Afinal, “[...] ser nobre é esbanjar. É uma obrigação de ostentar. É estar condenado, sob pena de decadência, ao luxo e à dissipação (DUBY, 1989, p. 92)”. Buscam além da glória por meio dos torneios, encontrar uma mulher com a herança da família para contrair matrimônio, o que é para moços não primogênitos, de vital necessidade (DUBY, 1989, p. 102).

O processo segregacionista de se tornar um cavaleiro também passava pelas mãos dos nobres tradicionais. O rito do *adubamento*, que era o ritual de iniciação na cavalaria, torna possível que um homem seja investido somente se seu pai tiver sido cavaleiro e a mãe de sangue nobre (FLORI, 2002, p. 190), o que, segundo Jean Flori (FLORI, 2002, p. 190) “Por essas disposições, a nobreza controla a entrada na cavalaria e reserva o acesso a ela a seus próprios membros, numa época em que a dignidade cavaleiresca acrescenta distinção àquele que a recebe”. A nobreza, então, embora abrace para si o fato de ser cavaleiro, também tenta lhe dar seus próprios contornos e regras. O que acaba ocasionando problemas para alguns desses cavaleiros. Servir um rei ou um duque era muito mais custoso. Nem toda a aristocracia tinha condições financeiras para se armar como cavaleiro, deixando seus varões em uma espécie de “limbo” (DUBY, 1989, p. 92). Dessa forma, a nobreza francesa cria os escudeiros (*armiger*), também conhecidos como donzéis (*domicellus*) no sul do reino. Esses seriam títulos puramente virtuais, homens com direito à cavalaria, mas sem a riqueza necessária para torná-lo (DUBY, 1989, p. 90-91). Esses títulos são uma espécie de mecanismo criado com o intuito de permanecer atrelado a essa elite cavaleiresca assentada no Reino da França.

## Conclusão

A principal questão levantada após todo o discurso é: o cavaleiro ascendeu ou foi ressignificado na sociedade medieval? As relações entre nobreza e cavalaria, segundo Jean Flori (2002, p. 190) “[...] acabam por se fundir ou por se confundir”. O próprio Duby (1989, p. 149-150) tem o que dizer sobre isso enquanto passa a debater sobre a vulgarização dos

modelos culturais da sociedade feudal (que vem porventura ser o último capítulo do *Sociedade*) que a cultura da aristocracia tem dois eixos principais, sendo a noção de nobreza das camadas superiores e da noção de cavalaria das camadas inferiores. Há, segundo o historiador, um movimento que parte de cima para baixo. Ou seja, os valores cavaleirescos, penetrariam nas camadas superiores, como o medievalista explicita nesse trecho:

[...] aos poucos o uso desse título — e, ao mesmo tempo, o reconhecimento dos valores que ele implica, valores relativos à coragem, à competência militar e à lealdade, destinados a assumir tanta importância, e por tanto tempo, na ética aristocrática —, o uso desse título se estende, sobe, penetra em níveis sociais mais e mais elevados, Em 1200, a evolução se acha concluída: nesse momento os maiores príncipes, e os próprios reis, se gabam de ser cavaleiros; para eles, a cerimônia da investidura de cavaleiro assinala uma das etapas primordiais de sua existência (DUBY, 1989, p. 150).

Torna-se possível conjecturar que para a visão de Georges Duby, o cavaleiro por meio de transformações, eleva-se na sociedade feudal e se estabelece como a figura chave de uma das três ordens. Entretanto, seria improvável que o renome do cavaleiro pudesse alcançar os postos mais elevados da nobreza sem um processo de *simbiose* entre a esfera laica (a fragmentação de poder que possibilitou uma maior importância aos *miles* no aspecto governamental) e a esfera clerical (a criação de um preceito que unifica e redireciona a vocação guerreira). Sendo assim, é lógico levantar a hipótese que a resignificação e a ascensão são paralelamente proporcionais, pois ao mesmo tempo em que o contexto político e social requereu a espada do cavaleiro, o contexto cultural tornou-o um ícone de prestígio. Como dito por Marc Bloch (1979, p. 324), “Numa civilização em que a guerra era coisa de todos os dias, não havia contraste mais vivo do que aquele. Tornou quase sinónimo de vassalo, cavaleiro tornou-se, também, o equivalente de nobre”. Cavaleiro torna-se *bellator*, a segunda ordem, o guerreiro formado e que se perpetua entre a dicotomia do sagrado e o profano.

### Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. São Paulo: Edições 70, 1979.

BURKE, Peter. **A Revolução francesa da Historiografia: a Escola dos Annales (1929 – 1989)**. 2ª Edição, São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARDINI, Franco. **Nas raízes do encontro-desencontro entre Europa e Islã. Um profeta e três continentes.** SIGNUM, São Paulo: FAPESP, v. 3, p. 37-59, 2001.

COSTA, Ricardo da. **A cavalaria perfeita e as virtudes do bom cavaleiro no Livro da Ordem da Cavalaria.** In: Ensaio de História Medieval. P. 48-70. Rio de Janeiro: Editora Sétimo Selo, 2009.

COSTA, Ricardo da; ZIERER, Adriana. **Os torneios medievais.** In: Ensaio de História Medieval. P. 90-108. Rio de Janeiro: Editora Sétimo Selo, 2009.

DUBY, Georges. **A sociedade cavaleiresca.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **As três ordens ou o imaginário do Feudalismo.** Lisboa: Estampa, 1982.

\_\_\_\_\_. **Guerreiros e camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu - séc. VII-XII.** Lisboa: Estampa. 1980.

FLORI, Jean. **Cavalaria.** In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário Temático do Ocidente Medieval. Vol. I. Bauru/São Paulo: EDUSC/Imprensa Oficial, 2002.

LE GOFF, Jacques. **A civilização do ocidente medieval. Vol. I.** 2ª Edição, Lisboa: Estampa, 1995.

REZENDE FILHO, Cyro. **Guerra e guerreiros na Idade Média.** São Paulo: Contexto, 1989.